



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

107

184

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0188742-1

**APELANTE: ASSEFAZ – FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

APELADA: ELITA CÂMARA DE CARVALHO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA.
CONTRATO DE SAÚDE. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTO PRESCRITO POR MÉDICO.
EXCLUSÃO DO CONTRATO. ABUSIVIDADE.
NULIDADE DA CLÁUSULA. RECURSO IMPROVIDO,
UNANIMEMENTE.**

- No caso dos autos, resta claro que a apelante não desconstituiu as alegações feitas pela recorrida quanto à negativa de autorização para o procedimento cirúrgico necessário. Por outro lado, resta, plenamente, comprovada a efetiva ocorrência da queda sofrida pela segurada, bem como o procedimento cirúrgico efetivado em caráter de emergência, devendo a cláusula contratual ser nula.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0188742-1, em que é apelante ASSEFAZ – FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA e apelada ELITA CÂMARA DE CARVALHO;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto da Turma.

Recife, 03 de fevereiro de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

108
176 fubane

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0188742-1

**APELANTE: ASSEFAZ - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

APELADA: ELITA CÂMARA DE CARVALHO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO:

Adoto o relatório da sentença de fls. 131/132 dos autos.

Acrescento que o Douto Juiz *a quo*, nos autos da Ação Ordinária interposta pela apelada, julgara procedente o pleito autoral, tornando definitiva a tutela jurisdicional antecipada, determinando à seguradora apelante a promover todas as providências necessárias ao tratamento especificado na exordial, considerando nula a cláusula de exclusão do mesmo (prótese de quadril). Fixou, ainda, a togada singular o pagamento das custas e honorários advocatícios em R\$ 600,00 (seiscentos reais) a serem arcados pela recorrente.

Irresignada com o *decisum* de 1º grau, a apelante vem do mesmo oferecer recurso de apelação (razões de fls. 135/147), aduzindo, em suma, que a sentença merece reforma, tendo em vista que haveria desconsiderado os termos do contrato firmado entre as partes, bem como a validade de suas cláusulas, estipulação esta apta a autorizar a negativa parcial da cobertura securitária em questão. Afirma que, na realidade, o procedimento pleiteado teve seu custeio autorizado em parte, tendo em vista que havia cláusula que vedava a autorização para o implante de prótese.

Sustenta, ainda, que o contrato firmado com a recorrida não estaria adaptado à Lei nº 9656/98, inexistindo qualquer irregularidade na negativa em questão, não se aplicando também o CDC, porque não haveria relação de consumo.

Às fls. 156/167, a parte apelada oferece contrarrazões pugnando pelo improvimento do recurso.

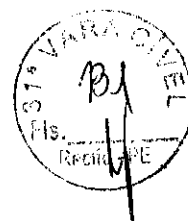
É o Relatório. À Douta Revisão.

Recife, 12 de agosto de 2009.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE.



Processo nº 001.2008.038641-6

SENTENÇA (008/2009)

Vistos...

Este processo correspondente a uma **Ação Cognitiva**, tendo sido aplicado à causa o **Procedimento Ordinário**, movida por **ELITA CAMARA DE CARVALHO** em face da **ASSEFAZ - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**, todos qualificados nos autos, objetivando o cumprimento de obrigação oriunda de contrato/plano de saúde, incluindo pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida. O argumento é de que a autora, em virtude de ter sofrido uma queda, necessita se submeter a um procedimento cirúrgico de *artroplastia* parcial de quadril esquerdo, com colocação de implantes (prótese de quadril). Informa a demandante que a parte ré ofereceu recusa em custear o procedimento, sob o argumento de não haver cobertura contratual em virtude da prótese. Pede a declaração de nulidade da cláusula 17, item 7, do aludido contrato.

A antecipação de tutela foi concedida (fls.46/47).

A acionada ofereceu resposta, em forma de contestação, alegando, inicialmente, a necessidade de intervenção do Ministério Público, tendo em vista tratar-se a ré de uma Fundação. No mais, argumenta, em síntese, que o procedimento cirúrgico pleiteado pela autora foi liberado, com exceção da prótese bipolar, tendo em vista expressa limitação contratual (cláusula 17, item 7). Sustenta, ainda, a inaplicabilidade da Lei 9.656/98, bem como o fato da aludida cláusula ser clara e de fácil compreensão (juntou um documento denominado "Plano de Saúde ASSEFAZ Plus IV" - fl. 115).

Houve réplica (fls.120/129).

É o relatório.

Passo a fundamentar.

O feito comporta julgamento antecipado da lide, na medida em que versa sobre matéria de direito, sendo a prova documental suficiente para o sentenciamento (art. 330, I, do Código Instrumental Civil).

De início, cumpre registrar não haver qualquer causa nos autos a justificar a intervenção do Ministério Público, sendo certo que "não é a simples presença da entidade que impõe a intervenção do MP (art. 82, III), cabendo ao juiz examinar a existência do interesse, pela natureza da lide ou qualidade da parte" (RSTJ 14/448). No mesmo sentido: RSTJ 76/157.

No tocante ao argumento de que a cláusula 17, item 7, do contrato exclui a cobertura da prótese, é de se ressaltar que dita cláusula não se encontra escrita de forma destacada, em desobediência a regra do § 4º do art. 54 do Código de Defesa do Consumidor (cf. documento de fl. 115).

No mais, em se tratando de relação de consumo, fato suficiente para receber proteção estabelecida pela lei 8.078/90, notadamente quanto a facilitação da defesa dos direitos do consumidor e a **inversão do ônus da prova** (art. 6º, inciso VIII), não deve prevalecer o princípio da *pacta sunt servanda*, porquanto os princípios do CDC - - de ordem pública (art. 1º) - - derrogam as disposições contratuais que com eles colidirem.

In casu o contrato é de **adesão**, na medida em que é do tipo em que o consumidor não tem como intervir na confecção de cada cláusula, não se podendo negar que nesta situação existe uma enorme possibilidade de que não pudesse discordar da cláusula que a ele não vem favorecer. Na mesma linha: STJ - 3ª Turma - RESP 332.691 - Rel. Min. Nancy Andrigli - j. em 27.11.2001 - DJ de 18.03.2002 - p.248.

Ademais, o direito à saúde e o direito à vida tem especial atenção dada pela Constituição da República/88 e se sobrepõem a qualquer outro, ainda que amparado por lei ou contrato. Por derradeiro, é significativo notar que a atividade desenvolvida pela ré não pode ser confundida com outras atividades econômicas, conquanto voltada para a questão da saúde, cujo valor jurídico não pode ser tratada como qualquer mercadoria. No mesmo sentido: Agravo de Instrumento n.88606.8 - TJPE - 6ª Câmara Cível - rel. Bartolomeu Bueno - j. 17.06.03 - D.O.E. 23.03.04.

Diante de tudo que foi exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido introdutório por considerar nula a cláusula de exclusão mencionada no corpo desta sentença, em consequência, condeno a parte Ré a promover todas as providências necessárias ao tratamento especificado na exordial, tornando definitivo o pronunciamento antecipatório. Condeno a acionada ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 600,00 (seiscentos reais).

Publique-se. R.I.

Após o decurso *in albis* do prazo recursal, archive-se.

Recife, 07 de janeiro de 2009.

Cátia Luciene Laranjeira de Sá.

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

185
P
M

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0188742-1

**APELANTE: ASSEFAZ – FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS
SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA FAZENDA**

APELADA: ELITA CÂMARA DE CARVALHO

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO:

Trata-se de recurso de apelação contra sentença que determinara à seguradora/apelante a autorização à autora/recorrida do “tratamento cirúrgico de artroplastia com implante de prótese”.

Primeiramente, cumpre se esclarecer que não assiste razão à apelante na sua alegação de não aplicabilidade da lei nº 9.656/98, haja vista tratar-se de contrato continuado, de trato sucessivo no tempo, estando submetido, portanto, aos ditames da nova lei disciplinadora dos planos de saúde, inexistindo, assim, qualquer afronta ao art. 5º, XXXVI, da CF.

Frise-se que a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) não deve ser afastada, porque a prestação dos serviços de plano de saúde, enquadra-se na definição de fornecedor, perfazendo-se verdadeira relação jurídica de consumo, não apresentando o contrato interrupção em sua validade.

Dessa forma, há relação de consumo estabelecida entre as partes que merece ser ressaltada, pois foi realizado contrato de adesão referente a plano ou seguro saúde, cujas cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao(à) consumidor(a), conforme prevê o art. 47, CDC. E mais, particulares que prestam atividades econômicas correlacionadas com os serviços médicos e de saúde, possuem deveres iguais aos do Estado, tendo que oferecer assistência médica na sua integralidade aos consumidores dos seus serviços, garantindo o direito fundamental à vida e à dignidade humana.

Verifica-se dos autos que a apelada firmou Contrato de Seguro de Assistência Médica e/ou Hospitalar com a apelante. Ocorre que, em 04/09/2008, a segurada sofreu uma queda, sendo indicado pelo médico assistente o procedimento cirúrgico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins.

112 18.6

de artroplastia parcial de quadril esquerdo com colocação de implantes - prótese de quadril - (laudo fls. 35). No entanto, mesmo sendo a autora/recorrida já idosa, a apelante negou-se a autorizar o procedimento prescrito pelo médico, alegando que o contrato exclui sua cobertura.

De logo, verifica-se não assistir qualquer razão à recorrente. Primeiramente, porque não cabe à seguradora se imiscuir na função médica, optando por autorizar a cobertura apenas à parte do procedimento.

Ademais, a cláusula em que se fundamenta para basear a negativa parcial em questão não obedece o disposto no §4º, do art. 54, do CDC, visto que se configura cláusula genérica que exclui da cobertura contratual aparelhos estéticos, órteses, próteses e material de síntese, válvulas e marcapassos.

Resta claro, destarte, que, no caso *sub judice*, negar à paciente/recorrida o direito de se submeter ao tratamento indicado seria muito mais gravoso que os prejuízos pecuniários que a seguradora tenta evitar, quanto mais por se tratar de paciente idosa, contando com mais de 70 anos de idade. Ressalte-se, ainda, que a apelada paga prestação mensal no valor de R\$ 1.096,22 (um mil e noventa e seis reais e vinte e dois centavos), conforme comprovante de fls. 34, referente ao ano de 2008, não se podendo admitir que fique sem a cobertura para o devido tratamento no momento em que mais precise.

Com tais considerações, meu voto é no sentido do **improvemento** do presente apelo, mantendo-se, integralmente, a sentença atacada.

É como voto.

Recife, 12 de agosto de 2009.

DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR.



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

Apelação Cível nº 0188742-1

Relator Des. Fernando Martins

VOTO DE REVISÃO

Ouvi atentamente o voto do Eminentíssimo Relator e, no cotejo com a matéria de prova e os argumentos trazidos na Apelação, concordo plenamente com a posição adotada por sua Excelência, votando no mesmo sentido.

É COMO VOTO. - Recife, 24/11/2009.

113 187



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho a Turma.

DECISÃO

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA"
